

PIKETTY, THOMAS. A ECONOMIA DA DESIGUALDADE. RIO DE JANEIRO: EDITORA INTRÍNSECA, 2015

Jaderson Goulart Junior

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e membro do Programa de Educação Tutorial da mesma instituição. E-mail: jaderson.junior@uol.com.br.

Depois do best seller "O Capital no Século XXI"(2014, 669 páginas), a editora Intrínseca decide trazer ao Brasil outro livro de Thomas Piketty: "A Economia da Desigualdade" (2015, 142 páginas). Foi escrito e lançado pela primeira vez em 1997, mas o autor decidiu lançar uma terceira edição na França, atualizada e revisada, e a qual foi traduzida para o português pela primeira vez. Embora esse estudo tenha sido realizado há quase 20 anos, o tema "desigualdade" nunca deixou de ser relevante em diversas áreas de discussão: seja na economia, na sociologia e também na política.

Thomas Piketty é professor na Paris School of Economics (PSE) e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Estudou Matemática e Ciências Econômicas na École Normale Supérieure (ENS) e, aos 22 anos, sua tese de doutorado foi premiada como a melhor daquele ano pela French Economics Association com o tema "Redistribuição de Riqueza". Desde então, vem trabalhando na área e já publicou diversos livros e artigos em journals como o Quarterly Journal of Economics, o Journal of Political Economy, o American Economic Review, o Review of Economic Studies e o Explorations in Economic History.

O livro é dividido em quatro capítulos: no primeiro, o autor apresenta rigorosa análise de dados sobre renda, salários e a proporção das desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos em países e épocas diferentes. O segundo trata da desigualdade capital-trabalho, levantando questões de justiça social e eficiência. Já no terceiro capítulo o autor dá um passo além na análise da desigualdade simplesmente monetária: são discutidas as diferenças estru-

turais do capital humano, sua remuneração, sua alocação e as formas de lidar com esse problema. Por último, são apresentadas diferentes maneiras de como o Estado enfrenta e poderá enfrentar a desigualdade como um todo, além daquelas já discutidas anteriormente.

Nas páginas iniciais, o Piketty traz uma série de dados sobre os diferentes tipos de renda, dissecando cada decil, dos mais pobres até os mais ricos, além de mostrar a composição das fontes de renda que remuneram as famílias. Essas fontes são: salários, "autônomos" (trabalhadores autônomos), aposentadorias, transferências e patrimônio. Por conta disso, aponta também de que forma esses dados variam com o tempo e em outros países, principalmente na Alemanha, nos Estados Unidos e no Reino Unido, junto com outros países nórdicos.

Para analisar esses dados, trabalha muito com a razão P90/P10, ou seja, a razão entre o limite entre o nono e o décimo decil (ou o nonagésimo percentil) sobre o limite entre o primeiro e o segundo decil (ou o décimo percentil). Por exemplo, é muito importante destacar à menção a diferença entre salário médio e salário mediano. Como a distribuição dos salários varia muito mais na metade superior, os "super salários" fazem com que a média seja muito maior que a mediana, ou seja, o que a metade ou menos dos trabalhadores ganha. Quando compara a razão P90/P10 dos salários e a razão P90/P10 das rendas, e mostra como a segunda é quase o dobro da primeira (3,1 e 5,2 respectivamente), o autor destaca como a renda de atividades não remuneradas, principalmente a patrimonial, é muito mais desigual

que a distribuição dos salários.

Em seguida, enfatiza a desproporção de alocação do capital e do trabalho, como ela se dá e o porquê dela prevalecer. Em um primeiro momento, diz que “[...]os volumes de capital e trabalho utilizados pela economia de mercado, e em especial o nível de produção e o volume de emprego, dependerão do nível dos preços do capital e do trabalho: os preços desempenham função alocativa, e não apenas distributiva.” (PIKETTY, 2015, p. 39). Essa concepção vem dos economistas marginalistas do século XIX, aqueles que contrastavam a teoria clássica de David Ricardo e Karl Marx sobre a tecnologia de produção com coeficientes fixos de capital e trabalho.

Continuando com a teoria marginalista, Piketty faz diferença dos efeitos da redistribuição direta e da redistribuição fiscal. A primeira seria, por exemplo, o Estado exigir que as empresas aumentem os salários pagos e a segunda, o Estado, através de tributos nos lucros ou redução de impostos para o consumidor final, financiar serviços e produtos aos trabalhadores, aos mais pobres ou a toda a população indiscriminadamente. O problema é que a primeira teria um efeito negativo, isto é, aumentar os salários ou as contribuições pagas pela empresa por cada trabalhador faz com que o preço do trabalho aumente. Assim, ou a empresa diminuiria o nível de trabalho ou diminuiria o valor do salário efetivamente pago. Já a redistribuição fiscal incidiria sobre o montante de capital utilizado ou sobre a renda desse capital, independente do nível de produção e trabalhadores.

Quando retoma a noção de elasticidade de substituição entre capital e trabalho, i.e., a variação percentual da razão entre a quantidade consumida de cada fator de produção sobre a taxa marginal de substituição entre eles quando a última varia apenas um por cento, o autor coloca que se tal elasticidade for baixa

(menor que um), seria então muito mais fácil aderir à redistribuição direta, uma vez que a fiscal traria muitos custos para surtir o mesmo efeito. No caso de uma elasticidade maior que um, o aumento de 1% do valor do salário em relação ao preço do capital leva a uma diminuição da alocação de trabalho maior que 1%. Entretanto, o autor também coloca que “o conflito intelectual e político a respeito dessa redistribuição não pode ser reduzido à mensuração de tais elasticidades” (PIKETTY, 2015, pg. 47).

Contudo, se tal elasticidade for igual a um, a função de produção será correspondente a uma função Cobb-Douglas, que leva o nome dos seus autores, e que remete a um estudo empírico sobre a distribuição lucros/salários em várias indústrias dos anos 1920. Posteriormente, trabalhos semelhantes de Hammermesh concluem que essa elasticidade varia normalmente entre 0,7 e 1,1 e que a Cobb-Douglas é uma bela aproximação da realidade.

O escritor segue com uma abordagem sobre a má distribuição do capital em torno do mundo. Ele argumenta que se essa distribuição fosse homogênea entre os países, os mais pobres seriam alvo do investimento dos mais ricos até o nível da desigualdade internacional ser extinta. Mas como não é isso que acontece, exemplifica: “A imperfeição do mercado de crédito [...] é uma imperfeição de mercado que permite justificar a redistribuição eficiente, e não só de justiça social pura.” (PIKETTY, 2015, pg. 71).

Na sequência da obra, alude a desigualdade entre as rendas do trabalho. Piketty explica que normalmente entende-se que o trabalho mais produtivo é mais remunerado que o menos produtivo. Para ele “[...] o sistema da oferta e da demanda determina os salários associados aos diferentes níveis de capital humano, e, assim, a desigualdade dos salários.” e continua: “é difícil aceitar a ideia de que os preços, às vezes bastante desiguais, atribuídos

ao trabalho de diferentes indivíduos têm uma função alocativa útil a desempenhar, devendo, portanto, regular-se livremente, mesmo reconhecendo que a desigualdade das rendas provocada por eles é injusta e deve ser corrigida por meio de impostos e transferências.” (PIKETTY, 2015, pg. 78 & 86) Mas não se resume a apenas isso, pois a desigualdade do capital humano é criada por outros muitos fatores externos ao indivíduo.

Para resolver esse problema de “distribuição de oportunidades”, mais uma vez a redistribuição fiscal se faz superior a direta. Por hipótese, imagine que um empregador deve ser tributado por cada trabalhador com filhos que emprega, para financiar uma escola pública. Isso faria com que o nível de trabalho diminuísse, já que ficaria mais cara a contratação de empregados que são pais. Agora, se o empresário for tributado na fonte do seu lucro, o preço do trabalho não irá aumentar e o financiamento da escola pública poderá ocorrer da mesma forma.

O autor também atenta à elasticidade de cada tipo de trabalho: o trabalho qualificado tem uma elasticidade de substituição muitíssimo baixa, mas o trabalho pouco qualificado pode ser substituído pelo qualificado ou até mesmo por máquinas. Dito isso, a evolução tecnológica custa o salário dos que têm pouca formação educacional, muitas vezes os mais pobres. Então, conclui que o foco deve ser a redistribuição fiscal que financie o investimento em educação pública de qualidade e que alcance o máximo possível de crianças. Trabalhos na área apontam que crianças mais pobres estudam por menos tempo, ou seja, o futuro emprego delas se vê comprometido logo no início de suas vidas.

E, por fim, a última parte apresenta e aprofunda outros meios de se acabar com a desigualdade, meios esses que divergem dos atuais. Como foi apresentado, em grande par-

te dos casos, a redistribuição fiscal é superior a redistribuição direta, mas ela também existe em duas formas diferentes, a pura e a eficiente. A pura se dá pela transformação momentânea da desigualdade através da redução de impostos para os mais pobres. Já a redistribuição eficiente seria a que transforma estruturalmente a sociedade ao diminuir as desigualdades da formação do capital humano. Assim, uma forma seria as políticas de educação e formação e outra as intervenções diretas no mercado de trabalho para diluir o preconceito na hora da contratação.

Piketty ainda propõe mais duas formas, a redistribuição sob a forma de seguros sociais e a redistribuição keynesiana da demanda. Os seguros sociais funcionariam de maneira que, se observar o exemplo da saúde, todos os trabalhadores seriam tributados de acordo com o tamanho do seu salário para “pagar” seu seguro de saúde. Com isso, o serviço de saúde estaria disponível para qualquer cidadão e qualquer despesa necessária teria um único valor para todos. Como não há então concorrência para esse seguro, ele não estaria exposto a uma necessidade de franquias altíssimas ou apenas cobrir riscos pequenos.

A redistribuição keynesiana propõe que os salários deveriam ser mais altos, pois assim robusteceria a demanda por bens e serviços e manteria um nível de emprego e atividade da economia altos. Dessa forma, pode-se entender que seria uma redistribuição de poder de compra tirando dos capitalistas e do capital para os trabalhadores, onde tudo melhoraria sem ter um custo a ninguém. Um argumento que reforça essa ideia seria considerar uma economia com tamanha desigualdade de poder de compra que a população não teria dinheiro para estruturar uma demanda; com a redistribuição, a economia se tornaria aquecida, atrairia a industrialização e cada vez mais cresceria e se desenvolveria.

De fato, esse trabalho de Piketty não deve ser subestimado pelo seu restrito número de páginas. É fascinante como o autor viaja entre séries de dados históricos e a teoria econômica para expor, explicar e tentar resolver problemas tanto de eficiência econômica quanto, e principalmente, sociais. Mais uma vez, a importância da obra é ressaltada pela grande quantidade de referências e áreas de conhecimento que alcança.